

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 4 de fevereiro de 2020.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (55)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ivana Bastos comunicando que, por estar hospitalizada, sem previsão de alta, esteve ausente nas Sessões dos dias 28, 29, 30 e 31/01/2020, conforme atestado médico apresentado.

Da Deputada Talita Oliveira comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente das Sessões no período de 12 a 19/12/2019, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 16/12/2019, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Rogério Andrade Filho comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 11, 12, 13 e 17/12/2019, conforme atestado médico apresentado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Submeto ao Plenário, para discussão e votação, as atas das seguintes sessões: 1^a sessão especial da convocação extraordinária, realizada em 24/1/2020; 7.^a, 8.^a e 9.^a sessões ordinárias da convocação extraordinária, realizadas, respectivamente, em 27, 28 e 29/1/2020; e o termo de abertura da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 30/1/2020.

Em discussão as atas e o termo de abertura que acabaram de ser lidos. (Pausa.) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra, a primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr.^a Presidenta, deputada Neusa Cadore, deputados, membros das Galerias, funcionárias, quero saudar esta Casa pelo início dos trabalhos, reafirmando o compromisso de trabalhar pelo povo da Bahia, de debater os assuntos que a esta Casa chegam e também de colaborar com o nosso governador para que o nosso povo baiano possa ter investimentos nas áreas prioritárias de saúde, educação, segurança, cultura. Afinal de contas, é para isso que nós fomos eleitos.

Obviamente, como primeira oradora da primeira sessão ordinária, não poderia também deixar de relatar a minha tristeza com um dos episódios mais agressivos que já presenciei na minha vida pública, que foi a violência de que alguns deputados foram vítimas e de que toda esta Casa foi vítima, do presidente a todos os 63 deputados. Por que digo isso? Sou filha de uma servidora pública estadual aposentada. Tenho forte compromisso com o serviço público. Tenho, sim, a vontade de... Na medida em que a PEC da Previdência chegou aqui para não só se adequar ao governo federal, como também para fazer vez ao rombo da Previdência, em respeito aos servidores, que são fundamentais para a prestação de serviço para os 15 milhões de baianos, junto com o Líder Rosemberg, intermediamos inúmeras reuniões, que promoveram a flexibilização, onde foi possível, de regras da Previdência. Saio com minha cabeça tranquila. Concordo que foi célere a forma com que foi votada. Concordo que há um pouco de perda de direitos para os servidores. Mas, como muito bem disse o governador ontem, nós vivemos um momento onde nós temos que nos adequar à crise, mas também ao déficit da Previdência e à própria Previdência federal.

Aqui, como sempre tive, tenho a coragem de subir a esta tribuna e dizer que votei. Votei, porém não sem antes dialogar com todas as categorias, flexibilizando leis, emendas, como regras de transição, como a questão da pensão por morte, junto com alguns deputados. É esse, eu acho e considero, que é o papel de um deputado. Deputado Base do Governo que não faz proselitismo político, que, sim, sofre, como eu sofri, com os servidores. Sofre, porque servidores não têm reajuste. Sofre, porque vai haver, sim, um cerceamento de alguns direitos, mas não dos direitos conquistados. Sofro, mas tentei intermediar. Votei e votaria em função do diálogo que foi promovido nesta Casa. E quero aqui dizer que não posso concordar com a violência, com o ataque à democracia que foi promovido. Topo discursos acalorados. Topamos vaias. Topamos aquilo que é da democracia. Mas violência, não!

Então, defendendo esta Casa, defendendo os bons servidores, continuarei lutando pelos servidores e pelos seus direitos, sim. Na medida em que chegam aqui, nós temos que continuar dialogando. Tem piso dos professores, tem o reajuste dos professores, tem a questão dos funcionários de saúde, concurso público. Enfim, nós estaremos aqui com a mesma coragem.

E quero aproveitar, deputada Maria del Carmen, para saudar o prefeito de Irecê, Elmo Vaz. Ontem, o nosso governador, aqui, inclusive citando nosso nome, já se comprometeu para este ano com a Unacon, que é a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, para tratar pacientes de câncer, naquela região, deputada Neusa Cadore, e também com a entrega de um complexo poliesportivo. Nós, que defendemos aquela região, também estamos aguardando o sonho do prefeito Elmo Vaz, que faz uma das melhores gestões que Irecê já teve, que é o compromisso com o anel rodoviário ou o semianel rodoviário, que vai ter 7 quilômetros, inicialmente, dos propostos 16 quilômetros, que vai conectar a estrada do Feijão à Barra do Mendes, aliviando a área urbana de Irecê...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e beneficiando inúmeras cidades, tendo ciclovias, arborização, enfim, pista dupla bem iluminada. Esse é um sonho do prefeito Elmo. E nós, que fizemos uma indicação ao governo Rui Costa, estivemos com o secretário Marcus Cavalcanti e tivemos a notícia de que já está em projeto. De forma que a gente vai tentar que essa seja a entrega que é o sonho que vai mudar a cara de Irecê não só para essa geração, como para futuras...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) gerações. O maior projeto de urbanização de Irecê, de desafogamento e de mobilidade. E tenho o sonho da promessa do prefeito Elmo Vaz, o prefeito que mais cumpriu suas promessas de campanha ...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Para concluir.

(...) a quem a gente defende. Nós, certamente, estaremos, com nosso governador Rui Costa e o prefeito Elmo Vaz, entregando essa que vai ser a maior obra que Irecê já teve e que foi sonho do prefeito Elmo Vaz.

Obrigada pela sua tolerância, Sr.^a Presidente.
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr.^a Presidente, nobres deputados, a deputada Fabíola relatou muito bem que tivemos um episódio, uma turbulência na aprovação da PEC, na última sexta-feira. Alguns debates realmente fazem parte da democracia, mas o episódio com o policial, de fato, extrapolou, porque você empunhar uma arma e obrigar os deputados a votarem da maneira que eles querem está difícil.

Mas, passado o episódio, temos um novo ano de trabalho, iniciamos ontem com a abertura dos trabalhos, com o governador Rui Costa lendo sua mensagem, falando das obras que ainda vão sair. E queria lembrar a todos os ouvintes, inclusive à imprensa, que ainda temos que votar a lei complementar da PEC e há duas emendas de minha autoria. Uma elevando o abono de permanência de 60% para 80% e outra mantendo o abono de 100% para quem já tem em seus contracheques, para quem já recebe.

Então, estava olhando no site do Supremo Tribunal que o governo federal manteve esse dispositivo, manteve o abono, ou seja, não mexeu no abono de permanência. Acho que isso é um incentivo para os funcionários permanecerem trabalhando e é uma economia para o governo do estado. Se esse funcionário se aposentar, o governo vai continuar pagando o salário no Funprev, através da Suprev, e terá que contratar outro para o seu lugar. Mas, incentivando o servidor que ainda pode trabalhar por muito tempo e que já é treinado naquele serviço, é mais do que justo que continue o abono de permanência de quem já recebe o valor de 100%. Senão vamos incentivar todos que já estão no período de se aposentar a pedirem as suas aposentadorias.

Vou dar o exemplo dos professores. Se todos os que já têm tempo de se aposentar pedirem para se aposentar, o governador vai ter uma dificuldade e vai ter que convocar mais REDA, fazer esse teste de seleção pública de REDA. Se todos os auditores fiscais do estado que já são treinados para fazer a fiscalização do estado e que têm tempo de aposentadoria se aposentarem, realmente vai criar uma dificuldade na arrecadação do ICMS junto ao governo do estado. Como exemplo também, estiveram em meu gabinete alguns peritos da Polícia Civil. São aproximadamente 130 peritos que recebem o abono de permanência e, se for cortado, a informação é que eles também vão pedir sua aposentadoria.

Então, vai criar uma dificuldade junto ao governo do estado. Acho que o relator que ainda será indicado pelo presidente... Ainda está tramitando, as comissões ainda vão ser instaladas. Espero que o relator acolha essa emenda apresentada, porque realmente vai trazer economia para o governo do estado e no tempo dos seus servidores. E, além do mais, é também um dinheirinho que o servidor complementa no seu salário. O valor recolhido de R\$ 500, 600 ou até R\$ 1 mil ou R\$ 1,8 mil será devolvido ao servidor ou àquele que vai permanecer trabalhando no período que já tem de aposentadoria.

No site do Supremo, o salário do ministro do Supremo é de R\$ 43 mil e fração, então aqueles que já têm tempo de aposentadoria recebem quase R\$ 47 mil porque têm o abono de permanência e permanecem trabalhando...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) com o incentivo desse abono de permanência. De modo que eu espero que o nosso deputado Euclides seja indicado relator e que acolha essa emenda do deputado Marquinho. Os servidores vão ficar gratos se V. Ex.^a for indicado, viu, Euclides?

Então, estão tramitando na Casa essas duas emendas que irão melhorar um pouco a situação, mantendo esse abono de permanência para os servidores estaduais.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Obrigado pela tolerância, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa e jornalistas. Subo a esta tribuna para expressar, externar a minha indignação com mais um fato terrível de racismo, de racismo institucional – que é o mais grave – e que aconteceu na manhã de hoje, na cidade de Salvador, quando um policial ataca um jovem em Coutos, no Subúrbio Ferroviário. Ataca com agressão, com violência racista e homofóbica, agredindo aquele jovem com socos, pontapés e palavras agressivas, preconceituosas e – repito, reafirmo – racistas. O que faz com que a gente reflita sobre o que significa viver numa cidade de maioria negra em que, até hoje, em pleno século XXI, a nossa juventude ainda está submetida a esse tipo de tratamento.

A corporação policial existe para dar proteção à população, toda ela, na sua diversidade, sem discriminação de classe, de raça, de gênero, sem discriminação de nenhum tipo. Por isso, faço um apelo ao coronel Anselmo e ao secretário Maurício Barbosa para que tomem as medidas necessárias. Esse policial tem que ser punido exemplarmente. E estendo mais: penso que a Polícia Militar da Bahia e a Secretaria de Segurança Pública, de fato, precisam investir cada vez mais, deputada Neusa, em cursos de capacitação, de qualificação, porque o racismo que existe na nossa sociedade, na Bahia, é o mesmo que existe em todo o Brasil. Esse país passou mais de 400 anos escravizando negros, tratando negros no chicote, com capitães do mato que agrediam, que caçavam e que destruíam corpos negros nesse Estado racista.

Essa cultura, infelizmente, amalgamou as relações sociais, atravessou o tempo e até hoje a gente ainda vive assistindo a esses fatos abomináveis. Felizmente esse foi filmado, mas existem outras situações que não são captadas por nenhuma câmera, inclusive situações letais.

Então nós estamos aqui para dar um basta nisso. É preciso que haja, de fato, vontade política, determinação de enfrentar esses episódios, enfrentar esta cultura, melhor dizendo, para que episódios como esse não continuem a acontecer.

Fecho este tema para entrar no outro tema.

Eu quero dizer aqui que a despeito da minha não participação na sessão que votou a PEC – e eu não vou entrar mais no mérito, porque tudo o que eu teria que dizer eu já disse em relação a esse fato –, eu quero sim chegar aqui a esta tribuna para me colocar inteiramente solidária com os meus colegas parlamentares, com os servidores desta Casa.

Eu estava, inclusive, no hall, ao telefone, quando um grupo atacou, empurrou aquela porta. E eu vi o policial Menezes, um trabalhador daqui, que faz a segurança da Casa, cair em cima do vidro da porta, porque a porta se soltou. O vidro caiu em cima dele. Ainda bem que a ciência avança, a tecnologia é avançada e preservou a vida dele, porque se não houvesse essa tecnologia... porque o vidro, ele se estilhaça, mas ele não... porque há uma substância que impede os estilhaços de cortarem...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) as pessoas.

Então, só isso garantiu a preservação da vida daquele policial.

Quero aqui explicitamente me solidarizar, principalmente com o deputado Alan Sanches, quando um militante, um manifestante, que não é militante, puxou a arma para ele e para o meu colega deputado Fabrício, que ouviu uma série de ameaças à sua própria vida.

Nós viemos...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) do movimento social, escutamos e dialogamos com o movimento sindical, mas tenho profundo entendimento de que a prática democrática não combina com nenhuma forma de truculência, de ataque e de armas dentro de um espaço que é o espaço democrático.

O Parlamento tem que ser preservado como uma casa de todas e de todos, a Casa do Povo. E a presidência tomou a providência de permitir que os manifestantes entrassem, porque é legítimo e é legal, mas isso não autorizava que outras pessoas com outros interesses assumissem a posição que assumiram...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) de violência, de praticar violência e invadir este Plenário.

Então, fica aqui o nosso registro e o nosso protesto.

Muito obrigada, presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Amigos e amigas deputados, deputadas, queria saudar a todos vocês. Eu acho que é página virada, deputada Maria del Carmen. Acho que eu mesmo não faço mais questão de tocar nesse assunto. Acho que todos os comentários pertinentes sobre os lamentáveis episódios que aconteceram aqui na sexta-feira para mim tornam-se página virada.

E agora, a própria Justiça, o próprio Sr. Governador deu uma declaração extremamente forte aqui – não esperava nada diferente dele – de que vai querer seguir o rigor da lei. Que seja cumprida a lei, porque eu acho que pelo menos temos de ter um exemplo para esta Casa, para a Câmara Municipal, de que essas coisas não podem acontecer no Parlamento nem em nenhuma instituição, nem em lugar nenhum. Para mim, prefiro nem ficar fazendo comentários sobre esse episódio lamentável da sexta-feira, dia 31, e é vida que segue. E graças a Deus não aconteceu nenhuma tragédia aqui, naquele dia, porque poderia ter acontecido.

Mas bem, tomei por surpresa – estava discutindo com uns colegas – que já chega novamente aqui um outro projeto, do final do ano passado, que é justamente do governador, que agora vai alterar, aumentar, ampliar, cobrar, cada vez mais, diversas taxas. São diversas taxas de insumos, é um catatau de coisas. O projeto traz 21 páginas. E eu fico a me perguntar se o governo do estado não se cansa disso. Só quer ampliar, ampliar, ganhar, ganhar, aumentar, aumentar, cobrar, cobrar, cada vez mais, do cidadão.

Eu fico me perguntando se não tem uma outra fórmula de se fazer política, de se fazer gestão. É só aumentando impostos, tirando ganhos das pessoas. E esta Casa, mais uma vez, vai ter que se debruçar sobre um projeto impopular que o governo do estado, junto com o seu secretariado, quer impor à população do estado da Bahia. Nós, aqui nesta Casa – por uma ampla maioria que o governo tem, acaba conseguindo aprovar todos os seus projetos –, eu acho que precisamos, cada vez mais, estar atentos para discutir.

Será que é necessário um aumento tão absurdo e abusivo desse em tantas taxas que agora começa a querer cobrar do cidadão baiano? Eu acho que esta Casa vai cumprir o seu papel nessa discussão e tentar, sim, anular diversas taxas, reduzir. E questionar por que, qual o motivo de alterar diversas taxas, gente. Não é possível. E não sei o que é que vai significar isso para o bolso do governo, mas eu sei que vai significar muito para o bolso do contribuinte. Eu acho que a gente precisa procurar fazer gestão de uma forma mais criativa. Para isso eu trago as iniciativas do prefeito ACM Neto. Quando eu falo isso, as pessoas: “Ah! Você está puxando o saco”. A questão não é essa. A questão é que Neto conseguiu fazer o que nenhum outro conseguiu.

Nós tivemos aqui pela primeira vez, construído há um ano e meio, o primeiro Hospital Municipal, que é um ganho para a sociedade, que é um ganho para a Bahia.

Nós entregamos agora um belíssimo equipamento. E o governador no mesmo dia em que Neto anunciou, mostrando o projeto – porque ACM Neto faz as coisas com planejamento –, no dia em que ele anunciou, mostrou e apresentou o projeto do centro de convenções – isso foi no final da manhã, às 10 ou 11h, me lembro bem, ainda com Guilherme Bellintani à frente da secretaria – o Sr. Governador...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) convocou uma coletiva e disse: “Nós vamos fazer aqui um centro de convenções muito maior, não sei o quê...” Ele ainda nem tinha conhecimento total do projeto do prefeito ACM Neto...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, hoje a gente está com tranquilidade aqui nesta Casa.

(...) Passaram-se 2 anos e Neto entrega um belíssimo equipamento que vai aquecer novamente a nossa economia.

E o governo do estado, que disse que ia fazer o seu centro de convenções, até hoje nem sequer sabe onde será localizada essa construção. Nem sequer sabe o que será feito do antigo centro de convenções.

Falando isso, eu digo que muitas vezes, em gestão pública, o que precisamos é de criatividade...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Com a sua tolerância, deputada.

(...) e é isso que eu acho que falta demais ao governo do estado.

Muito obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, Excelência.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, à deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a NEUSA LULA CADORE: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, também quero me associar ao que já falou aqui a deputada Olívia Santana, deixando a minha manifestação de dor, de indignação diante desse fato veiculado nas redes sociais, que foi essa abordagem violenta, truculenta feita por um policial – ou seja, pelo estado – a um jovem negro do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Naquele momento, o agente cometeu, certamente, racismo institucional com a crítica ao cabelo do jovem abordado. Infelizmente, deputada Olívia, essa é uma prática comum. Por isso, nós temos de nos manifestar e chamar a sociedade à reflexão. Como presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, quero manifestar o meu repúdio à criminalização de jovens negros.

Também manifesto o meu repúdio a toda forma de violência, como a que foi praticada aqui na sessão de sexta-feira. Mas, sobretudo, quero deixar a minha manifestação de repúdio em relação à violência contra os jovens negros, contra o povo da periferia feita por agentes de segurança pública, aqueles que são convocados para garantir a integridade e o direito das pessoas.

Infelizmente, esse não é um fato isolado. Por isso, solicitamos ao Comando-Geral que a Comissão de Direitos Humanos seja recebida para tratarmos desse assunto, quando discutiremos procedimentos operacionais que coíbam e eliminem essas práticas do dia a dia de nossas vidas.

E aproveito para fazer referência à Defensoria Pública do Estado da Bahia, que publicou no ano passado uma importantíssima cartilha – e veio aqui apresentá-la numa audiência pública, no horário das comissões – que trata, exatamente, da abordagem policial.

Essa cartilha é um instrumento para que a sociedade possa compreender quais são os seus direitos no momento em que um cidadão é abordado pelo sistema de

segurança. É um material que nós temos de continuar divulgando, para que toda a sociedade tenha a possibilidade de refletir sobre isso e tenha a consciência do que é permitido e do que é abuso de autoridade.

Quero ainda lembrar que a Defensoria Pública nos ofereceu, também aqui nesta Casa, outro material muito importante, que é um documento sobre as audiências de custódia realizadas aqui em Salvador. O racismo estrutural fica muito evidente e destacado nesse estudo, que traz um relato de como aconteceram as audiências de setembro de 2015 a 2018.

Um dos dados apresentados é o número de flagrantes: 17.793. Está revelado nesse número o perfil socioeconômico dos flagranteados: 94% são homens; 98,8% são negros; 68,3% são jovens; e 54% desse público têm ensino fundamental incompleto e renda inferior a dois salários-mínimos.

Nesses procedimentos ocorridos de 2017 a 2018, confrontando dados sobre agressão e autodeclaração de cor, é possível identificar que, dos negros que passaram por esse flagrante e foram à audiência, 24% deles revelam que sofreram agressão policial. Enquanto isso, quando o custodiado é um branco, esse número é de 16%.

Por isso, quero aqui destacar que o debate sobre o racismo institucional, sobre toda forma de racismo, é estruturante quando a gente fala de violência...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Esse debate precisa ser feito, precisa continuar fazendo parte do nosso debate diário, para que a gente consiga encontrar o caminho de combater essa cultura racista na nossa sociedade.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao deputado Rosemberg Pinto, que trocou o horário com o deputado Soldado Prisco.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, visitantes, quero apenas reforçar o que todos já disseram aqui a respeito daquele episódio realmente lamentável que aconteceu aqui na última sexta-feira à noite, quando aconteceram agressões nesta Casa. Certamente, não é a vontade da maioria dos servidores públicos do estado da Bahia, mas, sim, de uma minoria que, sob a desculpa de estar defendendo os servidores públicos, fez uma ação lamentável aqui na nossa Casa legislativa.

Mas eu queria aproveitar, deputado Sandro Régis, primeiro, para agradecer, em nome da Liderança do Governo, a posição da Bancada da Oposição, porque os deputados haviam assumido uma posição: alguns da Oposição, de votar a favor; outros, de votar contra. Em todos os momentos, entenderam a importância de votar aquele projeto.

Vi, na imprensa, algumas declarações. Não posso deixar de opinar sobre isso, minha querida presidente. Ninguém pode dizer que não votou a favor ou contra por falta de discussão. Ninguém da Casa pode dizer que não votou, porque não tinha as condições para votar. Ninguém da Casa pode dizer que desconhecia os detalhes do projeto e, por isso, optou por não votar. Aqui, não votou quem não quis. Votou a favor

ou votou contra, atendendo às suas convicções. Eu não tenho nenhum problema em dizer que votei a favor pela convicção de que estava correta a proposta, inclusive a partir dos diversos debates que nós fizemos nesta Casa.

Lembro-me de que, na terça-feira, antes da votação, fiquei até a meia-noite com a deputada Olívia Santana a discutir, com os movimentos sociais, aquelas propostas, inclusive as que foram melhoradas da PEC. Por isso, ninguém pode dizer que não houve espaço de debate para este projeto que debatemos e votamos na última sexta-feira.

Por isso, deputado, quero deixar registrado aqui, porque se fosse uma posição de disputa entre Maioria e de Minoria, possivelmente, no primeiro turno, nós não teríamos os 38 votos a favor para garantir o quórum regimental para aprovar a PEC.

Foi, efetivamente, pela posição de vocês, entendendo que, para além das disputas entre Maioria e Minoria, estava a convicção de um debate de um projeto que cria novas regras para a Previdência dos servidores do estado da Bahia. Por isso, eu venho reafirmar esta posição e, ao mesmo tempo, agradecer e defender todos os deputados de governo.

Não é fácil, às vezes, o não entendimento. Deputada Maria del Carmen, há uma confusão feita por algum segmento na cabeça dos servidores. Tem servidor achando que vai ter uma taxaçoão acima daquilo que nós aprovamos aqui. Certo? Há servidores achando que vão ficar, quer dizer, imediatamente, após a aprovação, passam a só poder se aposentar com 59 ou 61 anos. Certo? Há uma confusão premeditadamente trabalhada por algum segmento para confundir os servidores públicos do estado da Bahia.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Acho que nós precisamos refazer esta questão e colocar claramente. Vamos ter a oportunidade de apresentar ponto a ponto aquilo que nós aprovamos.

Deputada Fabíola e deputado Marquinho Viana, sem dúvida alguma, nós estamos debatendo, sim, o abono de permanência. Já há um acerto da manutenção de 100%, do abono de permanência para quem...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) já tem esse direito. E isso nós vamos sim... Vou trabalhar para que o relator acate a emenda da deputada Fabíola e do deputado Marquinho Viana, a fim de garantir os 100% do abono de permanência, que já é chamada de “Emenda Carlinhos”, aqui na Casa.

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Soldado Prisco, pelo tempo de até 5 minutos.

Prisco, por favor, Soldado... deputado.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Minha presidente, demais deputados aqui presentes.

Venho aqui lamentar a fala do governador do estado, ontem, quando disse a toda imprensa que a Polícia Civil poderia parar mil dias que ele não estava nem aí.

Isso prova o descompromisso do governador com a Segurança Pública. Como é que uma polícia judiciária, que cumpre seu papel e faz o que ela faz. O governador do estado vai para a mídia e fala isso para a população, que ela pode parar até mil dias, que não tem efeito nenhum. Logo ele, que fez tantas lutas, que veio do chão de fábrica, que veio da batalha, dar uma declaração dessa tão infeliz.

Não sei o que está passando pela cabeça dele. E ainda taxar o movimento dos trabalhadores como um movimento marginal, movimento criminal. Parece que o governador está desconhecendo a Lei de Abuso de Autoridade, que está vigente neste país hoje e tenha certeza de que nós vamos tomar providências com relação a isso.

Não caberia ao governador fazer essa comparação. O movimento dos servidores foi extremamente justo, se houve erro de uma parte ou de outra, que se apure, mas que se dê o direito ao contraditório à ampla defesa, à presunção da inocência, não vá simplesmente logo acusando e condenando.

A Lei de Abuso de Autoridade, a Lei n.º 13.869, artigo 38, é muito clara em relação a isso. Parece que ele não conhece. Parece o dono do mundo, o senhor dos senhores, o senhor da razão. E vai logo dizendo: “Vou condenar! Vou punir! Vou demitir!”

Assim, ao seu bel prazer. E ainda fala uma aberração dessa, que não precisa da Polícia Civil, na Bahia. Por isso que os índices de violência na Bahia estão do jeito que estão, por ele tratar a Segurança Pública desse jeito. Por isso que, nos últimos 10 anos, a Polícia Civil e a Polícia Militar, infelizmente, não têm combatido crimes, porque o governador não trata a Segurança Pública como deveria tratar.

Esta é a forma absurda como ele vem tratando toda a Segurança Pública, mas tenham certeza de que os trabalhadores vão dar a resposta ao governador mostrando-lhe sua importância para a sociedade, que graças a Deus não depende dele. A sociedade sabe e vai abraçar os policiais civis.

Foi muito infeliz a colocação dele ao dizer que não precisava desses trabalhadores. A sociedade precisa. Ele não precisa, porque onde ele vai tem a segurança ao seu redor. Ele não foi ao Rio Vermelho, com medo da população, mas aqueles policiais que estão nas ruas todos os dias enfrentando crimes não vão deixar a sociedade a ver navios por causa da irresponsabilidade do governador do estado.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados. Deputado Prisco, com todo respeito, eu estava aqui ontem na mensagem com diversos deputados, mas em hora nenhuma ouvi o governador falar que a Polícia Civil era dispensável. O que o governador mostrou claramente foi que era necessária essa reforma e que, dentre todos os estados, a Bahia ainda fez a mais leve de todas.

E todos aqui ouviram claramente o governador dizer por que ele não poderia deixar 14,9 milhões de baianos para beneficiar mais ou menos 100 mil funcionários públicos, por mais respeito que se tenha à classe dos funcionários públicos.

E o governador foi claro aqui, o governador não vai agir contra a lei. Ele quer que a lei seja cumprida.

Então, é um marginal, a gente não pode dizer outro nome. Um marginal e não um servidor público. Claro que ele não representa a totalidade dos respeitáveis servidores públicos. Agora, um indivíduo do estado – que, como o governador bem frisou, o estado lhe concedeu o direito de andar armado – vir para dentro da Assembleia, caso único aqui, na Bahia e, acredito, no Brasil, puxar arma para colegas nossos é inadmissível. E deve ser expulso, claro que obedecendo a todas as regras deste país e do Direito Penal, ser expulso da corporação.

E todos aqueles que fizeram aqueles atos de selvageria merecem ser punidos impiedosamente, porque aqui é a Casa do diálogo. Com diálogo você pode conseguir o que você imagina, o que você pretende. Agora, com violência, esta Casa mais uma vez deu a demonstração, Oposição e Situação, de que nós não aceitaremos pressão de poder nenhum, de categoria nenhuma. E é por isso que foram votados os dois turnos na mesma noite daquela terrível sexta-feira, que é para a gente esquecer, em que poderia ter havido uma tragédia.

É por isso que o presidente tem o apoio deste deputado e, acredito, da maioria dos deputados da Casa para mandar botar logo vidro blindado nas Galerias, como funciona, hoje, no Congresso Nacional, para que outras categorias não venham aqui aproveitar, por estarem em turma, e jogarem ovos ou jogarem até outros objetos nos deputados, que estão manifestando a sua forma de achar se merece ser votado ou não.

Foi para isso que a população da Bahia nos elegeu. De 4 em 4 anos, nós, ao contrário dos outros todos, somos submetidos ao escrutínio da população. E se a população acha que a gente deve retornar, que está fazendo um bom trabalho, a gente volta para essa Casa. Se não, com 4 anos, eles mandam, como já mandaram diversos colegas nossos na Bahia, no Brasil e no Congresso, para casa.

De 4 em 4 anos, todos nós somos submetidos à avaliação do povo democraticamente. Então, nós não vamos aceitar pressão de categoria nenhuma. Aceitaremos, sim, como o Líder Rosemberg falou, diálogo, reuniões para que tentem nos convencer. Aí, sim, nós acompanharemos.

Nós temos, senhores... Nós não podemos deixar que alguns, pensando só em voto, jogando para a plateia, deixem acontecer novamente, tristemente, o que aconteceu nesta Casa na sexta-feira.

Ninguém aqui tem coragem de dizer que um déficit...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que um déficit de 4 bilhões e 300 é mentiroso. Ninguém! Ninguém! Pode-se contestar, mas ninguém nunca disse que o governador está mentindo quando afirma que 4 bilhões e 300 foi o déficit de 2019. E se nada fosse feito, seriam 5 bilhões agora, no final de 2020.

É claro que você traz muitas coisas – vou concluir, Sr.^a Presidente –, muitas coisas, deputado Hilton, a serem corrigidas.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Concordo com V. Ex.^a em parte quando não se justifica que tenha salários de 50 mil, de 70 mil em outras esferas do poder. Não são os mais pobres, ou os policiais, ou outras categorias de servidores públicos que devem pagar.

Vou concluir, Sr.^a Presidente, até porque o Pequeno Expediente já está encerrando, não tem mais ninguém.

Concordo, deputado Hilton, que muita coisa deva ser corrigida, mas não é o governador Rui Costa, com 5 anos, que vai fazer tudo o que a Bahia necessitaria fazer, e nenhum governador praticamente fez. A crise maior é essa que nós estamos passando. E o governador está dando a demonstração de que quer governar para a maioria, não para a minoria. E governar neste país, deputado Hilton, não é fácil.

Falar...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Vou concluir, Sr.^a Presidente.

(...) Falar é fácil, agora governar é muito difícil, ainda mais em um estado pobre como a Bahia, o 18^o estado do Brasil em arrecadação.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Questão de ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Peço, nos termos do Regimento, a verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Hilton Coelho: Sr.^a Presidente, eu...

O Sr. José de Arimateia: Sr.^a Presidente...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado José de Arimateia.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

O Sr. José de Arimateia: Sr.^a Presidente, eu gostaria, nesta minha questão de ordem, de deixar registrado, Sr.^a Presidente, que recebi agora a notícia de que o ex-deputado estadual Gerson Gomes, que é de Feira de Santana, faleceu, e o corpo será velado na Câmara Municipal de Feira de Santana. Gerson Gomes, de Feira de Santana, ex-deputado desta Casa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado...

O Sr. Hilton Coelho: Eu peço que conte os 15 minutos regimentais, Sr.^a Presidente.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: É o quê? Eu estou pedindo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Hilton Coelho, que já tinha feito o pedido.

O Sr. Hilton Coelho: Eu que pedi.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu também.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Hilton. Questão de ordem do deputado...

O Sr. Hilton Coelho: Eu só estou pedindo que conte os 15 minutos regimentais.

O Sr. Alan Sanches: Deputada, presidente, só um esclarecimento aqui, deputada...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: A partir do momento... a partir do momento em que se faz uma questão de ordem solicitando a verificação de quórum, a primeira verificação, a primeira questão de ordem subsequente é para contraditar...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Sim.

O Sr. Alan Sanches: Ou vai dar continuidade à sessão, ou vai contar os 15 minutos, ou vai derrubar, porque não tem, ninguém pediu...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mas...

O Sr. Alan Sanches: (...) Mas ninguém pediu os 15 minutos. Ninguém pediu...

O Sr. Hilton Coelho: Eu pedi os 15 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Apenas o deputado José Arimateia fez uma questão de ordem. Foi feita uma questão de ordem pelo deputado Robinson Almeida pedindo verificação de quórum...

O Sr. Alan Sanches: O que tem que ser.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) o deputado José de Arimateia, que é de oposição, poderia estar contestando...

O Sr. Vitor Bonfim: O que não fez! Então...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): E não fez.

O Sr. Alan Sanches: (...) a Sr.^a tem que deferir...

O Sr. Hilton Coelho: Não, mas a oposição de esquerda fez aqui, então, eu quero os 15 minutos.

O Sr. Alan Sanches: (...) a Sr.^a tem que deferir a questão de ordem do deputado Robinson.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É verdade.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O deputado José de Arimateia, na realidade, deveria ter dito que era uma comunicação inadiável. Ele não fez.

O Sr. Alan Sanches: Não fez.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Hilton, infelizmente... Deputado Tiago Correia, V. Ex.^a estaria inscrito no Pequeno Expediente, mas já foi encerrado o tempo do Pequeno Expediente. Eu também estava inscrita, e já foi encerrado.

Deputado Hilton, de fato, o Regimento fala na Situação e na Oposição, portanto da minha parte haveria toda a concessão, mas já está sendo solicitada pelo deputado Alan Sanches que fez o contraditório não pedindo verificação de quórum com contagem do tempo regulamentar e da abertura dos 15 minutos de tolerância.

Então, está encerrada a presente sessão, deputado Jacó. V. Ex.^a já não teria mais, já que o deputado da Situação, o deputado Robinson fez o pedido de verificação de quórum.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.